

ATA DA VIGÉSSIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, na sala nº 304 do edifício sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e vinte minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP reuniu-se em sessão extraordinária, com a presença dos seguintes membros: Ricardo Brisolla Balestreri, representante titular da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e Presidente desta Sessão; Sidnei Borges Fidalgo, representante suplente da SENASP; Sylvio de Andrade Junior, representante suplente do Ministério da Justiça; Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Carlos Humberto Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República e Carlos Rogério Ferreira Cota, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Elizeta Maria de Paiva Ramos, representante titular da Procuradoria-Geral da República. Participaram também da Sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O Presidente da Sessão, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: Apresentação de palestras referentes à Ação Prevenção da Violência com destaques aos seguintes temas: Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência – PROERD: Cel. PMDF Luís Henrique Fonseca Teixeira - Presidente da Câmara Técnica do PROERD/Brasil e Tenente PM/DF Renata Brás das Neves; Polícia Comunitária: Ten.Cel. Erisson Lemos Pita - Coordenador-Geral/SENASP; Prevenção em Geral; (com a participação da Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH; da Secretaria Nacional Políticas sobre Drogas – SENAD; do Ministério da Educação e Cultura; e da Secretaria Especial de Política para Mulheres e da SENASP).

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, o Presidente fez um breve preâmbulo abordando pontualmente três assuntos, quais sejam: 1) O acúmulo de projetos nas reuniões finais do Conselho devido à absoluta carência de recursos humanos e de estrutura na SENASP, a qual, mesmo em condições precárias, coube a execução, neste exercício, de mais de 900 milhões somando-se o PRONASCI e o FNSP. 2) A propositura de ações na área da prevenção. Para explicar este ponto, o Presidente discorreu sobre os seguintes temas: A prevenção no âmbito do SUSP e do PRONASCI; a relevância da prevenção no contexto da segurança pública e a inexistência de exclusividade ministerial no desenvolvimento de ações voltadas à prevenção. 3) O papel de governança da SENASP. Nesta abordagem, o Presidente afirmou que a SENASP é o órgão que tem competência legal para posicionar-se em relação aos programas e às políticas de Governo direcionados à área da segurança pública. Esclareceu ainda, que dentro do Ministério da Justiça, por delegação de competência, a SENASP responde pelos assuntos relacionados à segurança pública do País. O Secretário ponderou que esta competência não repercute negativamente no trabalho do Conselho Gestor, o qual, assim como a SENASP, tem o seu papel claramente definido. Ademais, o Secretário explicou que o assunto da governança estava sendo evidenciado haja vista discussões recorrentes ao longo da existência do Colegiado, sobre o papel da SENASP, do Ministério da Justiça e do Conselho Gestor na definição das linhas gerais da Segurança Pública. Assim sendo, a finalidade desta colocação era tão-somente deixar absolutamente transparente as funções da SENASP para que haja sempre uma unidade entre a SENASP e o Conselho, porque estes órgãos sempre tiveram uma atuação franca, parceira e fraterna. E para encerrar esta introdução, o Secretário ressaltou e exaltou a importância do Conselho Gestor no contexto da segurança pública. Na seqüência, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Sylvio de Andrade Junior que fez uma rápida contextualização dos fatos que ocorreram na reunião anterior, os quais motivaram a convocação desta reunião extraordinária.

Após estas considerações, a Servidora Cristina Gross Villanova informou que o Ministério da Educação e Cultura não estava representado na reunião porque não houve tempo suficiente para acertar uma agenda com os interlocutores deste ministério, os quais neste mês estão envolvidos com intensas atividades. Em seguida, foi concedida a palavra ao Coronel Luís Henrique Fonseca Teixeira, Presidente da Câmara Técnica do PROERD/Brasil, o qual fez um breve comentário sobre o PROERD, abordando os seguintes pontos: objetivos; missão; público alvo; trilogia: família, escola e polícia; estrutura institucional do PROERD nas PM's e a importância do vínculo do PROERD com a SENASP. Neste contexto, o Cel. Fonseca explicou que em razão do PROERD ter sido copiado dos EUA, o programa foi implantado no Brasil pela Embaixada americana com a formatação daquele País, porém, com o advento da SENASP, esta passou a ser o órgão

norteador do PROERD dentro do Brasil. A partir de então, o PROERD foi remodelado para a realidade brasileira por meio de uma cartilha única adotada por todas as polícias militares do Brasil; Finalizando, o Cel. Fonseca agradeceu ao Conselho Gestor e a SENASP pelo apoio dado ao PROERD e convidou a 1ª Ten QOPM Renata Brás das Neves para explicar a parte técnica do Programa. Inicialmente, a policial explicou que o PROERD é uma estratégia de prevenção das Polícias Militares Brasileira, uma vez que de norte a sul do País o Programa é aplicado do mesmo modo. A 1ª Ten QOPM Renata explicou que o Programa originou-se em 1983 em Los Angeles/EUA com o nome D.A.R.E (Drug Abuse Resistance Education), o qual foi desenvolvido por conta de um trabalho científico que à época detectou que o grande investimento financeiro em repressão às drogas não provocava redução dos índices de criminalidade deste tipo de natureza criminosa. Então o novo programa desenvolvido passou a ser aplicado nas escolas por psicólogos, pedagogos, médicos e vários outros profissionais, entretanto, não causava impacto junto às crianças. Por esta razão a equipe que elaborou o projeto decidiu que o programa seria aplicado por policiais, ou seja, pelo seguimento fardado do Estado. A partir desta estratégia alcançou-se o impacto desejado, qual seja, uma mudança de pensamento e de atitude nas crianças, daí surgiu a figura do policial fardado em sala de aula. No Brasil, o Programa começou no ano de 1992, na Polícia Militar do Rio de Janeiro por meio de convênio firmando com o Consulado Americano. Assim, um grupo de policiais brasileiros foi capacitado por policiais americanos e iniciaram o PROERD. Entretanto a primeira barreira encontrada por estes policiais veio do Conselho de Entorpecentes daquele estado, o qual entendia que o policial não possuía conhecimento suficiente para estar dentro de uma sala de aula por não ser um educador. Diante disto, durante muitos anos foi realizada uma ampla discussão sobre este assunto específico e, finalmente, foi decidido que os policiais militares poderiam está em sala de aula porque esta atividade encontrava respaldo legal dentro dos temas transversais sobre cidadania previstos nas diretrizes de educação brasileiras. Continuando, a 1ª Ten QOPM Renata explicou o que é o PROERD, expondo os seguintes temas: Programa Educacional de Resistência às Drogas; Modalidade de policiamento ostensivo preventivo; Programa cooperativo entre a escola, a polícia e a família; e Ferramenta de redução da criminalidade em razão da demanda do uso indevido de drogas. Após, citou o amparo legal do Programa: Artigo 227 da Constituição Federal de 1988; Artigo 2º da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Resolução nº 25 do CONAD, a qual registra que o PROERD é parceiro estratégico da SENAD. Sobre a Filosofia do Programa, a 1ª Ten QOPM Renata ressaltou os seguintes pontos: O Programa apresenta alternativas positivas para que os alunos aprendam a dizer não às drogas e não pratiquem atos de violência. Neste contexto, foi explicado que quando o policial militar aplica o Programa nas escolas não faz demonstrações de drogas, para que não seja despertado nos alunos o interesse sobre as drogas. Por isso, o policial trabalha de uma forma assertiva, com exemplos positivos para que as crianças trabalhem a sua auto-estima. Em seguida, a 1ª Ten QOPM Renata explicou como é feita a habilitação do policial militar para o PROERD. Nesta abordagem, foi especialmente destacado que os policiais que participam do PROERD são voluntários, precisam ter bom comportamento, não podem responder a nenhum tipo de processo criminal, não pode fazer uso de drogas lícitas – álcool ou cigarro e precisam passar por uma avaliação psico-pedagógica a qual verifica se o profissional tem perfil para trabalhar com este público específico. Após esta etapa, o policial é submetido ao curso de formação de instrutores do programa e, sendo apto, passa pelo estágio supervisionado. A Policial informou que no Distrito Federal existe um termo de cooperação técnica entre a PM e a Secretaria de Educação, a qual cede um profissional para fazer a supervisão deste trabalho em todas as escolas. Foi explicado que no PROERD há três níveis de graduação: Instrutor; Mentor e Máster. Na seqüência, a policial detalhou as ações do programa, quais sejam: a Cooperação entre Polícia Militar, Escola e Família; a Prevenção do uso indevido de drogas; a Prevenção da prática de atos de violência; a prevenção a outros crimes correlacionados ao tema em discussão e a modalidade de policiamento comunitário. A policial ao explicar o público alvo do PROERD falou rapidamente sobre a teoria de influência de Piaget, a qual aborda o momento em que a criança passa a sofrer influências. Esta teoria revela que de 0 a 12 anos o maior pico de influência que as crianças sofrem é dos pais e dos professores, mas a partir dos 12 anos de idade esta influência diminui e aumenta a influência externa, a dos amigos. Neste momento, as crianças ficam mais vulneráveis a todo tipo de oferecimento, porque desejam ser aceitas pelos grupos em que estão se relacionando. A Policial informou que baseado neste estudo, o PROERD é aplicado em estudantes do ensino fundamental das 4ª a 6ª series, incluindo crianças especiais, e informou como é feita a aplicação do PROERD na escola. Em seguida, falou sobre a amplitude e a importância do PROERD: que é o maior programa de prevenção primária do Brasil; é um Programa exclusivo das Polícias Militares; está em todos os Estados da Federação; Já efetuou mais de

6.000.000 (seis milhões) de atendimentos. Ademais, destacou que no Brasil existem cinco centros de treinamentos que possuem a chancela para a operacionalização do PROERD, localizados nas seguintes Unidades Federativas: Rio de Janeiro; São Paulo; Distrito Federal; Santa Catarina e Minas Gerais; Sobre o aspecto institucional do PROERD, a policial falou sobre a Câmara Técnica que é composta pelos seguintes órgãos: Conselho Nacional dos Comandantes Gerais e a Secretaria Executiva da Câmara Técnica de Estratégias de Prevenção. E por fim, foi destacado que o PROERD é reconhecido pela comunidade científica do País e, mais uma vez, foi dito que o objetivo do PROERD é manter as crianças, o bem maior das famílias, longe das drogas e da violência.

Dando prosseguimento, o Secretário agradeceu a exposição e concedeu a palavra ao representante da SENAD, Robson Robin da Silva. O Servidor Robin informou que a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas cria e fomenta a política nacional na área de drogas lícitas e ilícitas, e para isto são feitas articulações políticas nas três esferas de Governo, contudo a indução direta das ações, por parte da SENAD, é muito pequena porque o orçamento anual que lhe cabe é entre 9 e 13 milhões. Assim, a estratégia empregada pela SENAD é a transversalidade, ou seja, a completude, nas esferas federal, estadual e municipal. O servidor declarou que o grande desafio do País é romper para o paradigma da prevenção, a fim de interromper ciclos de violências e não deixar o delito acontecer. O servidor destacou que hoje a polícia é especialista em comparecer ao local do crime, com novas viaturas e peritos bem qualificados, quando na verdade o grande lance é que o crime não aconteça ou que vá para um patamar aceitável dentro do convívio em sociedade. E para que tudo isto aconteça é necessário a construção de parcerias dentro do Governo, evidentemente respeitando as competências individuais. O servidor afirmou que sem a transversalidade não será possível alcançar os resultados tão almejados, razão pela qual a SENAD tem uma parceria permanente com a SENASP, a SEDH e com todos os demais órgãos afins. O servidor declarou que o PROERD é uma ação fundamental para a SENAD, por isso é apoiada e acompanhada. Contudo a instrumentalidade do Programa é feita pela polícia militar e a completude disso também passa pelo o FNPS, porque o propósito da SENAD não é dotar a polícia militar de meios e sim acompanhar qual o conteúdo da cartilha utilizada, o perfil do policial no Programa, dentre outros aspectos. O servidor declarou que este exemplo de transversalidade envolve a área pública, mas a SENAD também tem parcerias com a área privada, um exemplo disso é o Curso Fé na Prevenção, o qual foi formatado respeitando todas as particularidades requeridas e será iniciado no próximo ano. Este curso capacitará ministros de fé de diversos credos para que orientem corretamente os seus fiéis no foco das drogas. Finalizando, o servidor declarou que a SENAD por trabalhar de forma articulada não vê os recursos do Governo em caixas separados, mas sim como um recurso único de um Governo único, entretanto, a Secretária preocupa-se também com a observação das competências de cada órgão e com o bom emprego do recurso público.

Prosseguindo, o Presidente convidou o Tenente Coronel Erisson Lemos Pita, Coordenador da SENASP, para expor o tema referente à Polícia Comunitária. Inicialmente, o Cel. Pita fez um relato dos principais fatos que marcaram a cronologia histórica da Polícia Militar no Brasil. Em seguida, esclareceu que os eventos mencionados foram destacados para lembrar o passado da polícia, porque o policial de hoje é fruto desse processo histórico. Neste contexto, o Cel. Pita ressaltou que em razão do período da ditadura militar, as polícias militares sofrem até hoje com o peso desse episódio. As PM's, assim como os demais segmentos militares, foram braço armado do Estado, entretanto, para o cidadão não ficou o registro da marinha militar ou do exército militar ou da aeronáutica militar, mas muitos ainda associam a PM à ditadura militar porque não têm consciência de que a Polícia Militar é a guardiã do cidadão. Na sequência, destacou as diversas ideologias vivenciadas pelas PM's. Resumidamente foi explicado as ideologias militares em função do controle social. Em seguida, o Cel. Pita detalhou a ideologia reativa, na qual foram buscados ensinamentos de polícias de outros países como a França e os Estados Unidos. Neste período, foi copiado o modelo do policial urbano, mais conhecido como rádio patrulhamento americano. O Cel. Pita informou que este modelo foi o que mais influenciou as polícias militares e até hoje está arraigado em muitas corporações do País. Continuando, o Cel. Pita esclareceu que a próxima ideologia a influenciar as PM's é voltada para uma perspectiva preventiva e, atualmente, está evoluindo para a filosofia de polícia comunitária. Dito isso, o Cel. Pita deu a definição de polícia comunitária segundo Robert Trojanowicz e Bonnie Bucqueroux, qual seja: "É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para

identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida na área.” O Cel. Pita declarou que as polícias ainda estão buscando um referencial em polícia comunitária. Diso isto, anunciou que a SENASP firmou um acordo de cooperação técnica com o Governo Japonês, o qual trabalha a mais de 130 anos com a filosofia de polícia comunitária, razão pela qual possui um vasto conhecimento acerca do tema. O Cel. Pita relatou que a equipe Japonesa quando visitou algumas bases comunitárias no Brasil presenciou o desenvolvimento de atividades como: aula de violão, capoeira e artesanato, e questionaram se tais fatos não seriam assistencialismo, ocasião em que lhes foi explicado que no Japão, por ser um país de cultura milenar seria, porém, no Brasil, as PM'S precisam buscar primeiro a confiança da população, porque se o cidadão não tiver confiança na polícia também não vai acreditar no trabalho dela. Por fim, o Cel. Pita destacou que em alguns projetos de polícia comunitária são inseridas práticas aparentemente assistencialistas, mas a efetiva finalidade da polícia é aproximar o policial do cidadão com o objetivo de resgatar a confiança perdida ao longo dos anos em razão de políticas equivocadas e que promoviam cada vez mais o distanciamento da polícia da comunidade. Encerrada a exposição, o Presidente relatou a conhecida e bem sucedida experiência de policiamento comunitário transcorrida no bairro do Perpétuo Socorro na cidade de Macapá/AP, a qual foi premiada pela Organização das Nações Unidas - ONU, por contribuir de modo extraordinário na transformação de uma gangue de bandidos no grupo, hoje conhecido como, “Anjos da Paz”. O Secretário declarou que a partir da gestão do Ministro Tarso Genro, a polícia comunitária deixou de ser retórica, porque hoje ela é fator de decisão orçamentária no MJ. O Secretário acrescentou que tecnicamente a polícia comunitária é uma utopia realizável, muito embora não seja tão fácil chegar nela, porque ela é feita por meio de construções advindas de uma evolução entre as relações da sociedade e da polícia, ou seja, ela não é um ponto de partida, e sim, um ponto de chegada. Contudo, por outro lado, o policiamento de proximidade, que é o embrião da construção de polícia comunitária, é um ponto de partida que depende unicamente de vontade política e governamental. O Secretário explicou que neste tipo de policiamento a polícia convive e interage dia-a-dia com a comunidade. O Secretário ressaltou que em países desenvolvidos quando existe falta de efetivo, é neste momento que, precisamente, é feita uma aproximação entre a polícia e a comunidade, assim o efetivo faltante é suplementado com a adesão popular. No Brasil, por desconhecimento científico na área de segurança pública, em geral, é demandado o rumo oposto, ou seja, quando falta efetivo é adotado o modelo do rádio patrulhamento americano dos anos 60 e 70. O qual estimula a substituição da efetiva segurança pública pela falsa sensação de segurança, por meio da circulação dos policiais em viaturas pela cidade, pois o cidadão, ao ver a viatura policial, tem a falsa sensação de que a polícia está presente, logo há segurança. Neste contexto, o Secretário afirmou que não é contra o sistema de circulação de viaturas, o qual está associado ao sistema 190, porém estes não podem ser os únicos sistemas a serem priorizados, ponderando que a prova disto é a quantidade anual de homicídios no Brasil que já está próxima de 50 mil. O Secretário afirmou que o papel da polícia não é chegar somente depois do crime, é também prevenir o crime. O Secretário declarou que o padrão de policiamento brasileiro precisa ser mudado porque a polícia está distante da nação e muitas vezes não entende as demandas da nação. O Secretário destacou que experiências demonstram que o policiamento de proximidade reduz o crime ordinário, que é o crime que mais incomoda a população, quais sejam: assalto, seqüestro, violência sexual, violência doméstica, dentre outros. O Secretário informou que nos lugares onde é instituída uma verdadeira experiência de polícia comunitária esta redução é de 40% a 65%. O Secretário ressaltou que diante de evidências tão positivas, poderia ser questionado por qual o motivo o policiamento comunitário não é adotado pelas polícias brasileiras. A esta suposição, argumentou que a razão disso é porque, infelizmente, o Brasil ainda é dependente do antigo modelo americano, o qual, inclusive, já foi substituído lá, por eles não acreditarem e nem priorizarem na maior parte do território americano estas experiências de rádio patrulhamento. Todavia, lamentavelmente, o Brasil continua afixado com o fetiche da circulação das viaturas. Por outro lado, a boa notícia é que já existem vários operadores de segurança pública espalhados pelo Brasil comprometidos com o novo modelo de policiamento, além disso, hoje o Governo Federal prioriza esse tipo de experiência, assim sendo, os Entes Federados que não forem por este caminho não terão guarida e nem apoio nos programas federais do Governo. Ademais, o Secretário parabenizou os Conselheiros por colocar em pauta a discussão do tema como ora exposto, porque estas discussões de fundo nunca aconteceram na história do Colegiado e são de fundamental importância porque possibilita debates acerca da grande reforma/transformação por que passa a segurança pública brasileira.

Em seguida, a Coordenadora-Geral de Prevenção à Violência, Cristina Gross Villanova, iniciou as abordagens relacionadas ao tema da prevenção à violência. A servidora explicou que a política de prevenção da violência tem por finalidade criar mecanismos que de alguma forma possam mudar as condições que propiciam o crime. Diante disso, as concepções inseridas no SUSP integram não só as ações do Governo Federal como também dos Estados e dos Municípios. A Servidora explicou que no âmbito Federal algumas políticas de indução são fomentadas por meio de aplicação direta como por exemplo: a realização de seminários, de simpósios e de capacitações dentre outros. A servidora explicou que a SENASP incentiva os estados e municípios a se apoderarem das ações de prevenção não somente da SENASP como também daquelas que são articuladas entre a SENASP e outras Secretarias. Em seguida, a servidora explicou que todos os Estados, bem ou mal, já trabalham com a prevenção, exemplificando a polícia comunitária, o PROERD e as DEAM's, por isso, no âmbito estadual, as políticas de prevenção são mais consistentes e de plano nacional. Por outro lado, o trabalho com os municípios é diferente porque primeiro, é preciso incentivar que eles tenham ações locais na área de prevenção, segundo, não é correto o Governo Federal impor uma determinada política nos municípios por achar que sabe melhor do que eles o que deve ser feito, visto que esta percepção é particularmente de cada município. Neste contexto, a servidora informou que os municípios são orientados a apresentar seus projetos focados na prevenção, com valores pautados em pesquisas de preço, com resultados esperados bem definidos e, principalmente, com diagnóstico consistente. E, quando o diagnóstico apresenta inconsistências, a SENASP, por meio de pesquisas já existentes, os auxilia a entender qual é a dinâmica da violência local, ou seja, tenta ajudá-los a compreender porque o crime acontece em um bairro e não em outro; porque o jovem de tal idade está sendo vítima de violência; qual o fenômeno que acontece fazendo com que haja mais morte de mulheres vítimas de um determinado tipo de crime; dentre outros aspectos. Assim, todo o empenho da SENASP é para que o próprio Ente Federado elabore um projeto que efetivamente atenda as suas demandas locais. Neste ínterim, o Secretário Balestreri informou aos Conselheiros que deixaria a reunião para atender compromisso urgente e imprevisível. Continuando, a servidora informou que no Brasil existe mais de cinco mil e quinhentos municípios, razão pela qual, a SENASP, anualmente, seleciona os cinquenta municípios que apresentam os maiores índices de violência, os quais são escolhidos por meio de critérios bem definidos. Neste contexto, a servidora explicou rapidamente os critérios para seleção de municípios, quais sejam: número de habitantes, números de homicídios, de roubo e de furtos; fatores de correção: PIB e IDH. Encerrando este ponto, foi explicado que também é exigido dos municípios o compromisso com a política do SUSP. Em seguida, a servidora explicou que a publicidade sobre a abertura de prazo para apresentação de projetos municipais é feita por meio do site da SENASP e em eventos e capacitações promovidos pela Secretaria. A servidora apresentou alguns conceitos importantes, a saber: prevenção primária, secundária e social. Após, a servidora declarou que foi informada que a representante da Secretaria Especial de Política para Mulheres estaria em viagem logo mais, razão pela qual concedeu a palavra à mencionada representante.

Em seguida, a Dra. Aparecida Gonçalves, Subsecretária da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, agradeceu a deferência e iniciou sua explanação destacando a importância das parcerias no enfrentamento da violência contra a mulher porque por alguns anos este problema foi considerado de saúde pública. Entretanto, atualmente, esta questão está sendo discutida numa outra ótica, perpassando por muitos setores como: saúde pública, segurança pública, assistência social e políticas públicas, uma vez que nenhum desses setores tem em si mesmo a solução para todo o problema. Assim, esta questão precisa ser uma ação que some diversos serviços, por isto está sendo criada a rede de enfrentamento da violência contra a mulher, a qual engloba ações de vários segmentos do setor público como: a segurança, a assistência, a saúde, o trabalho, a educação, dentre outros. Nesta perspectiva, muitos profissionais estão sendo capacitados para lidar com esta situação de forma diferenciada, porque este tipo tão grave de violência não pode ser encarado sob a ótica da máxima: “na briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. A servidora explicou que a rede trabalha a questão da violência em vários aspectos, exemplificando que na área da segurança pública o papel da delegacia da mulher não é só fazer a investigação mais também fazer um trabalho de prevenção, a fim de encontrar perspectivas que devem ser construídas e trabalhadas nesta grave situação. Em seguida, a servidora citou o artigo 9º da Lei Maria da Penha, in verbis: “A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o

caso.” A servidora declarou que baseado neste respaldo legal é que foram construídas algumas alianças fundamentais para a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, como a parceria com a SENASP. A Servidora destacou que a participação da segurança, nesse processo, é extremamente importante porque o primeiro lugar que a mulher vai quanto sofre violência é na delegacia, pois quando vai ao posto de saúde ela não quer denunciar a violência e sim curar o hematoma. Ou seja, quando a mulher recorre à segurança pública é porque quer denunciar e sair dessa situação de violência, razão pela qual é papel da segurança pública contribuir na perspectiva de reconstrução dessas mulheres. Dito isso, a servidora ressaltou a importância de diálogo e de articulação entre os órgãos envolvidos, porque disto depende essa efetiva reconstrução. Em seguida, a servidora declarou que gostaria de retomar o tema da Polícia Comunitária para acrescentar que será muito mais fácil a realização de qualquer denúncia de violência, seja ela contra a mulher ou contra criança/adolescente se existir no meio da sociedade um policial de confiança ao qual possa-se dirigir sem constrangimento ou sem medo de ser reprimida. A servidora ressaltou que o contato diário facilita não só o processo comunicação do cidadão como também aumenta o grau de intervenção policial que deixa de ser somente repressivo e passa a ser também de aconselhamento, de avaliação e de orientação para demonstrar à vítima de violência que há outras formas de vida que não aquela. Continuando, a servidora relatou que ultimamente aumentou no território nacional o número de assassinatos contra a mulher, sendo que na maioria destes casos tais mulheres já haviam feito mais de um Boletim de Ocorrência nas delegacias. Dito isso, a servidora ressaltou novamente a importância da construção da mencionada rede, porque se efetivamente já houvesse comunicação entre as delegacias e os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, certamente teria sido proposta a intervenção de um assistente social do CRAS nesses casos, e talvez essas mulheres não tivessem um fim tão trágico. A servidora declarou que esta é a perspectiva de prevenção que a Secretaria deseja construir na sociedade brasileira, daí a importância da manutenção da parceria com a SENASP. E por fim, a servidora afirmou que o combate à violência passa por mudança de cultura, de comportamento e de estereótipos para que efetivamente haja homens e mulheres diferentes.

A última abordagem sobre o tema prevenção à violência foi feita pelo servidor Pedro Pontual, representante da Secretaria Especial Direitos Humanos, o qual iniciou sua fala explicando que a SEDH, assim como foi mencionado pelas outras duas Secretarias, é também uma Secretaria de articulação, que trabalha com diversos órgãos da esplanada em políticas públicas em torno dos conceitos de direitos humanos. E, sendo os direitos humanos um campo tão amplo o qual inclui tantos direitos, é imediata a percepção de que a SEDH não detem nenhum tipo de exclusividade sobre o trabalho que desempenha, muito pelo contrário, justamente porque neste tema não há exclusividade, são necessárias tantas articulações. Em seguida, o servidor declarou que o trabalho articulado exige o rompimento do paradigma das caixinhas, tão propalado na lógica Weberiana da Burocracia. Dito isso, o servidor ressaltou que o Governo atual está contribuindo enormemente para que na Administração Pública Federal este paradigma seja superado. O servidor acrescentou que, como integrante da carreira de Gestor Público, defendia formal e informalmente que o Governo ao discutir a realização de articulações e a formação de parcerias deve ter como princípio norteador o não confinamento de temas e de discussões em quadradinhos. Em seguida, o servidor destacou alguns trabalhos da SEDH realizados em parcerias com a SENASP, a saber: 11^a Conferência Nacional de Direitos Humanos; o 3^o Congresso Mundial de Enfretamento a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; A Pesquisa Nacional de Vitimização; O Programa de Ouvidoria de Polícia e Policiamento Comunitário; dentre outros. O Servidor ressaltou que a SEDH tem parcerias com diversos órgãos, exemplificando os seguintes ministérios: da Saúde, de Assistência Social, da Educação e do Turismo. Para encerrar, o Servidor novamente destacou que a tônica deste Governo tem sido a superação da limitação do que já existiu como orientação na burocracia e com o fortalecimento das articulações institucionais tem conseguido excelentes resultados.

Finda as apresentações, os Conselheiros fizeram comentários gerais sobre as exposições feitas. Em especial, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira declarou que a dúvida suscitada por ele na reunião anterior, referente ao receio de atuação dos policiais em ambiente escolar, foi também, em outra época, a dúvida de outros, como foi destacado na exposição da Tenente Renata. O Conselheiro acrescentou que a partir da reunião mencionada fez pesquisas e consultou pessoas envolvidas na área, com isto percebeu que o PROERD é um projeto muito importante para o País, mas que deveria ser levado a efeito com a participação dos demais órgãos da área social responsáveis pelo acompanhamento do alvo pretendido, ou seja, as crianças

e adolescentes. Em seguida, parabenizou a equipe do PROERD e declarou que as suas indagações foram importantes porque permitiu que todos os Conselheiros conhecessem o Programa de forma mais integral. Em seguida, o Conselheiro Sidnei Borges Fidalgo, em nome de todos os Conselheiros, agradeceu aos palestrantes pelas apresentações feitas.

Nada mais havendo para tratar, encerrou a reunião às dezoito horas e dez minutos deste dia. E, para constar, esta ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

RICARDO BRISOLLA BALESTRERI
Vice-Presidente do CGFNSP

Sylvio de Andrade Junior
Ministério da Justiça

Felipe Daruich Neto
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Carlos Humberto Oliveira
Casa Civil da Presidência da República

Carlos Rogério Ferreira Cota
Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Elizeta Maria de Paiva Ramos
Procuradoria-Geral da República